

O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MATO GROSSO DO SUL*

ALMEIDA, Rosemeire A.**

Introdução

Estamos sob o rescaldo da conquista dos homens e mulheres do campo na luta por políticas públicas específicas para seu meio, luta esta materializada na expressão: “Por uma Educação do Campo”. Trata-se da aprovação no Conselho Nacional de Educação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, em 03 de Abril de 2002. No caso de Mato Grosso do Sul, a conquista refere-se à Deliberação Nº 7111 do Conselho Estadual de Educação, de 16 de Outubro de 2003, que dispõe sobre o funcionamento da Educação Básica nas Escolas do Campo. Portanto, o momento agora é de implementação destas conquistas por meio da formação de educadores(as) preocupados em indagar “que sujeitos e que campo são esses?”, uma vez que vivenciamos uma disputa territorial entre agricultura familiar camponesa e agronegócio. Neste sentido, é preciso delimitar a educação e o campo que queremos.

Os Sujeitos e o Campo da Educação do Campo em Mato Grosso do Sul

A Educação do Campo é um paradigma pensado para um campo específico, qual seja, o campo da agricultura familiar camponesa. Neste sentido, vale resgatar que os camponeses são considerados os povos do campo, ou seja, aqueles homens e mulheres que vivem e trabalham na área rural. Não obstante, esta classe é marcada pela diversidade, tendo no modo de vida sua identidade mais imediata.

Campesinato é uma classe social que possui caráter dúplice no processo social: é ao mesmo tempo proprietária de terra e dona da força de trabalho. Portanto, é distinta do operário que vive apenas do salário, do burguês que vive do lucro e do proprietário da terra que vive da renda. É bom lembrar também que esta classe social é bastante heterogênea/peculiar no campo brasileiro, ou seja, tem forte caráter regional podendo ser reconhecida nos colonos do sul (origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), no caipira do interior paulista, nos seringueiros, nos ribeirinhos, indígenas, remanescentes de quilombos, meeiros, posseiros, assentados. (ALMEIDA, 2006, p. 212).

* Texto originalmente elaborado para a de capacitação de tutores do curso Lato Sensu em Educação do Campo – UFMS/EAD/MEC, 2010.

** Professora doutora da graduação e Mestrado em Geografia da UFMS/Campus de Três Lagoas. E-mail raaalm@gmail.com

Considerar e evidenciar os povos do campo a partir de sua diversidade não implica em anular sua identidade enquanto modo de vida, pois é esta identidade que nos permite entender que a vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, como é a unidade capitalista, ela é um modo de existência social viabilizado por um modo de produzir.

Apesar do passar do tempo desde quando li pela primeira vez, ainda considero particularmente útil essa definição de Fei Hsiao-Tung: ‘campesinato é um modo de vida’. Daí, o quanto este ‘modo de vida’ pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição. (SHANIN, 2008, p. 37)

Lançar luzes sobre este modo de vida, materializado numa existência social específica, abre possibilidade de identificarmos o campo da educação do campo: é um campo com agricultores – este é o ponto de partida.

Para identificá-los na estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul, faremos uso da lei 8.629 de 1993, segundo a qual as propriedades rurais no Brasil passaram a ser classificadas da seguinte forma: pequenas propriedades, entre 1 a 4 módulos fiscais; médias propriedades, entre 5 a 15 módulos fiscais; grandes propriedades, todas aquelas acima de 15 módulos fiscais.

Tendo como referencia este recorde para fins de análise quantitativa, lembrando que a definição de camponês não deve ficar presa a um mero recorte de área - pois o que define o *ser* camponês é o modo de vida. Por outro lado, como “tamanho é documento” devemos também analisar a estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul e nela identificar o lugar dos camponeses.

A Tabela 01 revela que em Mato Grosso do Sul a terra está concentrada em poucas e privilegiadas mãos. Vejamos o que isso significa em números: enquanto os estabelecimentos menores que 200 ha representam 62% e somam apenas 4,11% da área, os estabelecimentos acima de 2.000 ha, embora representem apenas 7,14% do total, são detentores de 63,42% da terra.

Apesar da diversidade dos povos do campo, neste exercício do IBGE trabalharemos com informações gerais usando a categoria “pequena unidade de produção (menos de 1 ha a menos de 200 ha), mas que não reste dúvida quanto à importância destes dados como sinalizador que a afastar o mito de que o campo está vazio - o que dispensaria a Educação do Campo. Logo, é preciso destacar que os camponeses (menos de 1 ha a menos de 200 ha)

somam 31.137 estabelecimentos, o que significa 62% dos estabelecimentos do Estado. Potencialmente este é o campo da Educação do Campo!

TABELA 01 – MS - SÍNTESE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 1995/96

Grupos de Área Total	Nº de Estabelecimentos	Censo Agropecuário (1995/96)			
		%	Área (ha)	%	Área Media (ha) (ha)
Pequena de menos de 1 a menos de 200 ha	31.137	62,0	1.270.725	4,11	40,81
Média de 200 a menos de 2000 ha	14.584	29,51	10.046.934	32,47	688,90
Grande – de 2000 ha acima	3.527	7,14	19.625.115	63,42	5.564,25
Total	49.423	100	30.942.772	100	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 Org.: Kudlavicz, 2008.

Em termos de participação econômica também é evidente a importância destes sujeitos, ou melhor, da economia camponesa apesar desta dominar apenas 4,11% da área do MS. Vejamos o caso da pecuária, na tabela 02 a pequena unidade de produção detém os seguintes percentuais de produção: 6,1% dos bovinos; 32,76% dos bubalinos; 18,23% dos eqüinos; 48,20% dos suínos; aves 83,26%.

TABELA 02 – MS – DISTRIBUIÇÃO DE PLANTÉIS

	Pequena (%)	Média (%)	Grande (%)	Sem declaração (Nº)	Total
Bovinos	6,10	41,06	52,26	12.654	19.754.356
Bubalinos	1,27	32,76	65,97	-	10.799
Eqüinos	18,23	43,71	39,56	217	318.140
Asininos	10,15	38,26	56,34	-	3.319
Suínos	48,20	32,73	19,04	158	508.813
Ovinos	12,78	55,21	31,97	146	346.431

Aves (cabeças/mil)	83, 26	15,23	1,50	0 3	10.971
-------------------------------	--------	-------	------	-----	--------

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96

Quando o assunto são os produtos de origem animal de consumo popular típicos da indústria doméstica, a participação da pequena unidade de produção é significativa: leite 44,06%; ovos 86,13%; mel 50,41%; queijo/requeijão 37,31%.

TABELA 03 - MS - PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL

	Pequena (%)	Média (%)	Grande (%)	Sem declaração (nº)	Total
Leite/litros /mil	44,06	43,81	11,12	694	371.911
Ovos/dúzias/mil	86,13	11,28	2,56	6	18.810
Mel/tonel.	50,41	21,95	2,43	30	123
Queijo/requeijão/tonel.	37,31	48,44	14,23	-	3.111

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 Org.: Kudlavicz, 2008.

Também significativa é a participação da pequena unidade de produção na lavoura temporária de consumo popular, por exemplo: arroz 24,47%; mandioca 57,43%; milho 14,56%; quiabo 93,70%; feijão 39,34%.

TABELA 04 - MS - DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE PRODUÇÃO -
LAVOURAS TEMPORÁRIAS

Produção (Ton.)	Pequena (%)	Média (%)	Grande (%)	Sem declaração (nº)	Total
Algodão em car.	22,85	29,45	47,70	-	76.708
Arroz em casca	24,47	49,55	25,99	-	162.392
Cana de	2,28	18,77	79,09	-	5.160.330

açúcar					
Mandioca	57,43	36,57	6,00	-	244.545
Trigo	21,16	64,22	14,63	-	34.619
Milho	14,56	52,64	32,80	-	1.328.032
Soja	13,69	55,36	30,96	-	1.796.994
Quiabo	93,70	5,55	1,15	-	349
Alface	95,48	2,65	1,92	1	3.339
Cenoura	87,54	10,51	2,03	-	1.180
Pepino	93,17	5,79	1,48	-	674
Pimentão	88,10	8,86	3,54	-	395
Repolho	94,58	3,57	1,85	-	1.513
Farinha de Mandioca	88,09	13,85	0,22	-	1.394
Feijão (2ª safra)	39,34	44,33	16,33	-	10.480,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96

Fundamental nesta análise do campo da Educação do Campo é observarmos o pessoal ocupado levando em consideração o tamanho dos estabelecimentos. Neste caso, como evidencia a tabela 05, a pequena unidade de produção é responsável por 46,58% das ocupações no campo.

TABELA 05 - MS - PESSOAL OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL

Pessoal ocupado	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	S/Declaração	Total
	%	%	%	Nº	
Responsável e membros não remunerados da família	71,45	22,79	5,53	296	105.055

Empregados Permanentes	10,69	42,81	41,34	128	71.666
Empregados temporários	15,67	40,82	30,60	49	20.498
Parceiros	63,58	26,48	6,70	29	895
Outros	39,29	37,27	23,44	1	4.594
Total Geral	46,58	32,03	21,13	503	202.709

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 Org.: Kudlavic, 2008.

Para afirmar que a pequena unidade é mais eficiente do ponto de vista da geração de trabalho, na tabela 06 cruzamos a área total dos pequenos estabelecimentos (4,11%) com o pessoal ocupado (46,70%). O resultado é que a pequena unidade precisa de 13,45 ha para gerar uma ocupação enquanto a grande unidade precisa de 458,02 ha para gerar a mesma ocupação no campo.

TABELA 06 – MS - PESSOAL OCUPADO POR HECTARE NO MS

	Pequena (%)	Média (%)	Grande (%)	TOTAL
Total/Pessoal ocupado	46,70	32,11	21,19	202.709
Total/Área ha	4,11	32,47	63,42	30.942.772
Hectare por pessoa	13,45	154,72	458,02	152,65

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 Org.: Kudlavic, 2008.

Para que possamos entender a dimensão da questão agrária em MS é preciso juntar à análise da estrutura fundiária, da produção agropecuária e da geração de ocupações, os dados do financiamento.

Neste sentido, segundo a tabela 07, quanto maior a área do estabelecimento maior é a porcentagem de financiamento que ele obtém. Vejamos: enquanto as pequenas unidades de produção tiveram 30.000 mil reais de financiamento (15,67% do total) as grandes unidades tiveram 91.184 mil reais (47,63% do total).

TABELA 07 - MS - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Ano	Pequena		Média		Grande		Sem Declaração	Total
	Valor/ mil R\$	Valor (%)	Valor/ mil R\$	Valor (%)	Valor/ mil R\$	Valor (%)	205	191.457
1995/1996	30.000	15,67	70.068	36,60	91.184	47,63		

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 Org.: Kudlavicz, 2008.

Resumindo: as pequenas unidades representam 62% dos estabelecimentos, mas detêm apenas 4,11% da área. Por outro lado, produzem 44,06% de leite, 48,20% dos suínos; 83,26% das aves, 24,47% do arroz; 57,43% da mandioca; 93,70% do quiabo e 39,34% de feijão. E geram 46,58% das ocupações no campo. No entanto, acessam apenas 15, 67% dos financiamentos.

Portanto, é neste conjunto de contradições que a pequena unidade de produção se recria, ou seja, tem pouca terra, muito trabalho e quase nenhum financiamento, conseqüentemente vive transferindo riqueza para o conjunto da sociedade brasileira. A Educação do Campo não pode ignorar este campo de distorções e injustiças, é preciso que cada educador(a) do/no campo tome posição em defesa de uma política pública que subsidie a produção de consumo popular, uma forma imediata disso é transferindo para os pequenos o financiamento feito pelo governo para o agronegócio, que atualmente é de 93 bilhões. Caso contrário, continuaremos a assistir a construção de uma Educação do Campo permeada por situações onde o sujeito do campo encontra-se esmagado num circuito de drenagem de renda ditado por uma estrutura econômica que o espolia e que, em última instância, não tem deixado alternativa às futuras gerações que não seja a migração. Portanto, na essência este é o grande desafio da Educação do Campo: estar ao lado dos homens e mulheres do campo na busca de valorização de seus saberes, de seu modo de vida e de sua economia.

A fim de reforçar esta necessidade do posicionamento da Educação do Campo em defesa da lógica do campesinato, isto é, da terra de vida e trabalho, vejamos as palavras de Caldart:

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. (CALDART, 2009, CD-ROM, SEM PAGINAÇÃO).

Inserido nesta discussão da delimitação do campo sul-mato-matogrosense no tocante aos sujeitos do campo, seu modo de vida e, em especial, a economia camponesa, é importante pensarmos nos homens e mulheres da Reforma Agrária no MS. Público este que deve compor obrigatoriamente os objetivos e metas desta nova política educacional: a Educação do Campo.

Logo, quando se trata sujeitos da Educação do Campo da reforma agrária, ou seja, aqueles homens e mulheres que lutaram pela terra e agora lutam pela permanência na terra com dignidade, leia-se com educação, saúde, transporte, energia, equipamentos sociais, etc., podemos afirmar que em Mato Grosso do Sul eles são 27.616 famílias, localizadas em 166 projetos de assentamentos que conquistaram 678.038 ha. (Tabela 08).

TABELA 08 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL E NO MS (1969 – 2006)

Região/UF	Nº de Assentamentos	%	Nº de Famílias	%	Área	%
BRASIL	8.136	100	1.006.298	100	69.015.368	100
NORTE	1.718	21,12	446.429	44,36	49.394.347	71,57
NORDESTE	3.709	45,59	323.865	32,18	9.796.105	14,19
CENTRO-OESTE	1.101	13,53	144.438	14,35	7.562.298	10,96
DF	6	0,07	451	0,04	6.387	0,01
GO	355	4,36	22.533	2,24	878.695	1,27
MS	166	2,04	27.616	2,74	678.038	0,98
MT	574	7,06	93.838	9,33	5.999.178	8,69
SUDESTE	746	9,17	48.543	4,82	1.390.611	2,01
SUL	862	10,59	43.023	4,28	872.007	1,26

Fonte: NERA, 2007

A Educação no/do Campo: novo paradigma e nova política pública

PARÁGRAFO ÚNICO: A identidade da escola do campo é definida pela vinculação à questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002).

Falar em Educação do Campo como política pública é possível em virtude do processo de luta desencadeado pelos movimentos sociais do campo na década de 1990. Na essência foi uma luta para superação do paradigma da Educação Rural, entendida como aquela que nega o campo enquanto um campo de possibilidades, portanto uma Educação de “segunda classe” onde bastava ensinar a ler e escrever uma vez que o destino destes homens e mulheres era o canteiro de obras na cidade.

No sentido de resgatar a forma e conteúdo desta luta, é preciso assinalar que o conceito de novos movimentos sociais traz no bojo a necessária distinção da liberdade e da autonomia que se encontra no centro do projeto político destes movimentos.

Novos Movimentos Sociais se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre a direção e base do movimento. Defendem sua autonomia frente ao estado e Partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente (SCHERER-WARREN, 1987, p. 42).

A superação da Educação Rural se faz na construção de um novo paradigma, a Educação do Campo. O passo seguinte é a conquista da Política Pública por parte dos movimentos sociais do campo.

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito de uma população que pensa o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que mora, vive, ou melhor, ainda a partir da sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, 2004, p. 141-142)

A delimitação deste território teórico se faz no entendimento de que o campo é fundamentalmente um campo de possibilidades porque formado por sujeitos, homens e mulheres que nele vivem e trabalham. Portanto, não é mais uma Educação *para* o campo,

mas, sim, um projeto pedagógico *do* campo para ser vivenciado *no* campo, não mais nas escolas da cidade.

Educação no campo: o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive.
Educação do campo: o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculadas a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p. 26).

Referências:

ALMEIDA, Rosemeire A., GUERRA, Mirian D. S. Educação do Campo. Textos Seleccionados. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010.

ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire A. (Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S; MOLINA, Mônica C. (org). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli, CERIOLI, Paulo R., KOLLING, Edgar J. (Orgs.) Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

CALDART, Roseli Salete. Momento atual da educação do campo. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=27>>. Acesso em: 1 set. 2005.

CAMACHO, Rodrigo S. O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. 2008. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

FERNANDES, Bernardo M. Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo). 1994. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

_____. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Questões Teórico-Metodológica da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: UNESP, nº. 02. Dezembro de 1998. (Série Estudos).

FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.). Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009. CD-ROM. Sem Paginação.

FREIRE, Paulo. Ação cultural e reforma agrária. In: _____. Ação cultural para a liberdade. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

KOLLING, Edgar; NERY, Israel; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma Educação Básica do Campo. v.1. Brasília, DF. 1999.

MARTINS, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1981.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução CNE/CEB nº 1/02. Brasília, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do Campo e Pesquisa. Questões para Reflexão. Brasília: MDA, 2006.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, n. 21, p. 113-156, 2003.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Jacira H. do V., ALMEIDA, Rosemeire A. (Orgs.). Educação no/do Campo em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In:

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, MARQUES, Marta I. M. (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Dispõe sobre o funcionamento da Educação Básica nas Escolas do Campo no sistema de Ensino de Mato Grosso do Sul. Deliberação CEE/MS nº 7111. Mato Grosso do Sul, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo (Orgs.). Revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.). Campe sinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação - o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.